

DEBATE NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO

Síntese de Intervenção

Área Temática: Aprendizagem ao Longo da Vida e os Desafios do Emprego

Sessão: Odemira, 20 de Outubro de 2006

Interveniente: Escola Profissional de Odemira (EPO)

Sub-temas de referência: (1) Organização da Educação Escolar; (2) Diversidade de Formações de nível secundário; (3) Qualificação Profissional e Educação de Adultos; (4) Interface Escolas/Empresas

À luz da experiência adquirida pela EPO ao longo de 16 anos de actividade, na presente intervenção procuramos, tão sintética e objectivamente quanto possível, identificar problemas-chave, um único por cada sub-tema de referência, do nosso ponto de vista exemplar porque considerado prioritário superar, do modo a que, nos próximos anos em Portugal, a sua resolução sirva de alavanca no sentido do alcance efectivo de melhorias consistentes no âmbito desta área temática em debate.

1 - Organização da Educação Escolar

Problema-Chave: Falta de condições para aplicação eficaz de medidas de Responsabilização e Autonomização das Escolas

Descritivo: As Escolas Profissionais (EP's) encontram-se hoje, reconhecidamente, num estágio de responsabilização e autonomia bastante mais avançado e evoluído do que as Escolas Secundárias Públicas. Nestas últimas, há ainda todo um caminho a percorrer, o qual deveria passar pela recolha e adaptação de alguma experiência útil adquirida com o desenvolvimento do modelo das EP's. Mas, mesmo sobre estas mais evoluídas EP's, da parte do respectivo organismo coordenador da tutela, em termos pedagógicos, há a apontar a necessidade de se alcançar melhorias significativas em matéria das suas capacidades de resposta na orientação e acompanhamento técnicos às Escolas. No entanto, é na componente financeira deste sub-sistema que, efectivamente, ao nível do desempenho das entidades tutelares,

quer gestora (CCDRA) quer coordenadora (DREA), as coisas têm corrido pior. As persistentes demoras na disponibilização de verbas essenciais ao regular funcionamento das entidades promotoras dos Cursos Profissionais, basicamente decorrentes de ineficiências administrativas e burocráticas na pesada máquina do Estado, estão como que a sufocar aos poucos as EP's.

Proposta de Solução: Nos organismos do Estado aqui implicados, agilizar procedimentos, abolir duplicação de tarefas, dar formação a quem precisa e mais interage com as Escolas, e aplicar um sistema eficiente de assessoria, monitorização e acompanhamento, com vista a dotá-las progressivamente de acrescidas competências, e mais consistentes autonomias.

2 - Diversidade de Formações de nível secundário

Problema-Chave: Descoordenação no estabelecimento da Oferta Formativa

Descritivo: Faltam orientações claras, ou coordenadas bem definidas, a dar às diferentes entidades, públicas e privadas, mais ou menos directamente intervenientes no processo de estabelecimento da oferta formativa de nível secundário para uma dada região, no sentido de assegurar que, como resultado desse processo, ainda agora inexistente, essa oferta formativa de âmbito regional ou local fosse, a todo o tempo, a mais ajustada e equilibrada. Ao invés disso, actualmente cada estabelecimento de ensino e formação de nível secundário está a trabalhar por si só, desenquadrado e desarticulado dos restantes, o que faz com que se desperdicem recursos e se sobreponham esforços escusados.

Proposta de Solução: Desenhar e implementar um modelo de estabelecimento da Oferta Formativa de âmbito territorial, que decorra da melhor combinação de determinados factores explicativos, tais como: necessidades formativas diagnosticadas; rentabilização de recursos disponíveis; efeito experiência das entidades formadoras intervenientes; e competências nucleares da região.

3 - Qualificação Profissional e Educação de Adultos

Problema-Chave: Centros RVCC sem condições para funcionarem convenientemente

Descritivo: Não restam dúvidas sobre o interesse do Programa "Novas Oportunidades", a questão está em saber se existirá efectiva capacidade para o implementarmos com eficácia no terreno. E a experiência recente dos Centros RVCC diz-nos que não, que de facto, mais uma vez, não estaremos à altura de conseguir pôr em prática, o que teoricamente até faria todo o sentido. Primeiro, da parte da tutela, verifica-se total falta de capacidade de acompanhamento da actividade desenvolvida pelos Centros RVCC. A única preocupação patente é a dos números para as estatísticas, ou seja, quantidade em detrimento da qualidade, expressa na grande pressão junto dos Centros RVCC para que atinjam determinadas metas, muitas vezes irrealistas. Depois, é a persistente falta de disponibilização atempada de verbas essenciais ao regular funcionamento dos Centros RVCC, levando a que uns acabem por encerrar portas, e outros permaneçam em suspenso, à espera de condições adequadas para trabalhar. Finalmente, na irresistível tentação de fazer crescer rápido o sistema, mesmo que inconsistentemente, está a dar-se primazia a organismos estatais (IEFP e Escolas Públicas), desvirtuando o espírito original do modelo, tornando-o excessiva e erradamente de cariz escolar, menosprezando o envolvimento essencial de organizações não públicas de base local.

Proposta de Solução: Dotar a tutela de equipas regionais capazes de efectivamente orientar, acompanhar e avaliar, a actividade desenvolvida pelos Centros RVCC; alterar as suas regras de financiamento de modo a viabilizar funcionamento regular de Centros RVCC assegurados por entidades não públicas, como por exemplo, passar os respectivos contratos de anuais a plurianuais

4 - Interface Escolas/Empresas

Problema-Chave: Empresários pouco motivados a respeito de formação

Descritivo: A componente prática nos cursos profissionais, que pressupõe a implementação de metodologias de formação em contexto de trabalho, sendo fundamental, somente é viável se as Escolas encontrarem boa receptividade e verdadeiro empenho da parte das Empresas para cooperar na sua concretização. Não basta termos incluído no novo Código do Trabalho que é obrigatória a formação profissional nas empresas. Se nos ficarmos por aqui, corremos o risco do comum empresário português continuar a encarar essa obrigatoriedade de proporcionar formação na sua empresa, como quem olha para um qualquer imposto, ou seja, algo a cumprir de modo minimalista. Qualquer empresário típico que se preze, visa o lucro, zela essencialmente pelos seus próprios interesses, negocia e quer sempre qualquer coisa em troca. Assim, muito pragmaticamente, será preciso dotar as Escolas de mais poder persuasivo, para que consigam efectivamente cativar as Empresas a cooperarem mais e melhor nesta matéria.

Proposta de Solução: Celebrar um acordo de cooperação institucional, subscrito em simultâneo pelo Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, e Associações Empresariais, o qual compreenda um conjunto de importantes incentivos para aquelas empresas que promovam a cooperação com as Escolas. Dois incentivos a título de exemplo: estágios profissionais para jovens saídos da Escola com condições atractivas do ponto de vista do empregador; disponibilização de financiamentos bonificados para investimento em investigação e inovação.